

REPORTAGEM ESPECIAL

Longevidade é desafio do mercado nacional

UMA PESSOA QUE VAI RESGATAR SUA PREVIDÊNCIA AOS 60 ANOS DEVE TER A CONSCIÊNCIA DE QUE VIVERÁ MAIS 25 ANOS E PRECISARÁ MANTER SUA QUALIDADE DE VIDA

Pedro Carrizo, especial para o JC
economia@jornaldocomercio.com.br

Embora a pandemia de Covid-19, para além da tragédia social que foi, tenha sugado bilhões em receita das seguradoras e empresas de previdência, a visão geral do mercado hoje é que o surto acabou sendo positivo no quesito de acelerar a conscientização financeira. Inclusive, essa conscientização

refletiu-se na alta das contratações tanto de apólices quanto de planos previdenciários em 2021 e 2022, o que já fez recuperar o rombo nos caixas.

No entanto, na visão de Sandro Bomfim, presidente da Comissão de Produtos por Sobrevivência da Fenaprevi, ambos segmentos terão dois grandes desafios pela frente,

O primeiro incide sobre a longevidade da população brasileira. Segundo o IBGE, dados deste ano apontam que já são quase 55 milhões de brasileiros acima de 50 anos, ou seja, 25% da população brasileira.

“O mercado precisa ajudar na relação entre o planejamento financeiro e a longevidade. Hoje uma pessoa que vai resgatar sua previdência aos 60 anos deve ter a consciência de que talvez viverá mais 25

anos e precisa manter sua qualidade de vida”, explica Bomfim.

Já o segundo grande desafio será atrair a população mais jovem para os planos, cuja adesão ainda está aquém das expectativas.

“Basta lembrar que somos a 15ª economia do mundo, mas o País figura como 52º do ranking global de consumo per capita de seguros”, diz Dyogo Oliveira, presidente da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg). E, no caso dos seguros de vida, a adesão ainda é bem maior entre pessoas a partir dos 50 anos.

Na previdência privada ocorre o mesmo. De acordo com o representante da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida, é necessário apresentar a previdência não só como um mecanismo de aposentadoria, mas sim de investimento ao



FENAPREVI/DIVULGAÇÃO/JC

Sandro Bomfim, da Fenaprevi, diz que é preciso atrair jovens aos planos

longo prazo aos mais jovens, com o intuito de aumentar a adesão.

“A previdência privada é um investimento muito mais vantajoso do que um fundo de investimento sob o ponto de vista de longo prazo,

em razão principalmente dos incentivos fiscais que os planos de previdência têm. Além disso, quanto mais cedo a pessoa começar, menos terá que desembolsar”, explica Bomfim.

Servidores públicos são o foco das entidades

DESDE A APROVAÇÃO DA REFORMA NACIONAL, OS ENTES FEDERATIVOS ESTÃO OBRIGADOS A INSTITUIR UM REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR AOS COLABORADORES

As reformas da previdência, tanto do Estado quanto a nacional, aprovadas entre 2019 e 2020, abriram um leque de oportunidades para entidades fechadas de previdência complementar, cuja natureza é não possuir fins lucrativos. Isso porque, desde a aprovação da reforma nacional, os entes federativos estão obrigados a instituir um Regime de Previdência Complementar (RPC) para seus servidores públicos. E são apenas as entidades previdenciárias fechadas as elegíveis para atender essa nova demanda.

“Esse gap que se abriu é a grande oportunidade para levarmos os planos complementares aos servidores e seus familiares. No entanto, como a adesão é facultativa, o grande desafio está sendo explicar de forma clara as mudanças na aposentadoria dos servidores a partir das reformas”, contextualiza

Rodrigo Pereira, presidente da Fundação Família e Previdência, o maior fundo de previdência privada do Rio Grande do Sul, com patrimônio de R\$ 6,5 bilhões.

Nessa nova ‘corrida’ entre entidades fechadas para atrair servidores ao regime fechado, a Fundação Família e Previdência (FFP) já passou em 96 processos seletivos de entes federativos para oferecer os planos. Destes, 81 estão com os convênios de adesão aprovados pela Previc ao Família Previdência Municípios. O total de servidores que a Fundação pode alcançar a partir dos processos seletivos chega a 54 mil servidores.

Agora, explica Pereira, será preciso um trabalho junto com os departamentos de Recursos Humanos das prefeituras para atuar in loco com os servidores, fazendo um trabalho de atração através de educação financeira.

A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado do Rio Grande do Sul (RS-Prev) também quer ampliar o número de servidores, neste caso estaduais, em seu portfólio. A entidade foi criada em 2016 para atender exclusivamente servidores públicos e autarquias do Estado e atualmente administra a

previdência de 2 mil funcionários.

“Percebemos que essa adesão à previdência complementar é muito maior entre as remunerações mais altas, que recebem o teto de R\$ 7.087 ou acima dele (no caso, de servidores que entraram antes de 2016)”, explica Danielle Cristine, que é a diretora-presidente da RS-Prev.

O foco da RS-Prev é, justamente, na migração do plano de previdência de servidores que recebem acima do teto, do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para o Regime de Previdência Complementar (RPC).

Isso é possível desde 2020, com a aprovação da Lei Complementar nº 15.511. Na prática significa que o servidor que migrar terá, no futuro, sua aposentadoria ou pensão limitadas ao teto a ser pago pelo RPPS, e a complementação previdenciária virá do plano complementar.

Segundo levantamento da instituição, atualmente 21 mil servidores do Estado recebem acima do teto. “Numa conta simples, se já temos 2 mil servidores aderidos ao nosso plano, o gap que temos, e que será nosso foco, está nesses outros 19 mil”, projeta a diretora-presidente da RS-Prev.



RS-PREV/DIVULGAÇÃO/JC

Danielle Cristine, da RS-Prev, percebe maior adesão em remunerações altas